que a criança se interesse pelas histórias através das contrações desde pequena, desde a educação infantil, é muito provável que ela leve consigo esse interesse para as outras etapas seguintes da educação, dessa forma, depois que essa criança já tiver se apropriado da linguagem escrita, ela mesma se interessará em fazer a própria leitura, e se os incentivos continuar a longo da sua vida escolar, existe uma grande possibilidade real e efetiva dessa criança se transformar em um adulto leitor, e assim a escola terá cumprido seu compromisso de incentivar e ajudar a construir o comportamento leitor do indivíduo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de pesquisas realizadas com o intuito de mostrar a importância da contação de história no desenvolvimento e construção das aprendizagens das crianças, entendemos que essa é uma prática que está presente no dia a dia das pessoas desde os nossos antepassados. Aprendemos também que essa ação acrescenta muitos benefícios quando praticada desde os primeiros anos da criança, por isso devemos apresentar a contação de história para a criança ainda na educação infantil, pois isso fará com que ela crie uma relação com o mundo dos livros e da imaginação desde muito pequena, favorecendo o desenvolvimento de muitas outras áreas do conhecimento e auxiliando no desenvolvimento das emoções, criatividade, afetividade, linguagem oral e escrita e da personalidade.

Conhecemos algumas estratégias e a diferença que elas fazem no momento da contação de história, descobrimos a importância da preparação do ambiente e da escolha da história correta para cada público ouvinte, principalmente quando se trata das crianças menores. Essas estratégias fazem toda a diferença para o sucesso da dessa atividade, do alcance dos objetivos e das intencionalidades com a prática da contação de história. Mostramos também que a contação de história tem um papel fundamental na construção do comportamento leitor da criança, ressaltamos o compromisso da escola nessa construção e descobrimos que por meio da contação de história podemos despertar o interesse da criança pela literatura e começar a construir a sua competência leitora, e assim formar um cidadão-leitor.

Por fim, concluímos que a contação de história além de trazer muito encantamento para o mundo da criança, ela agrega inúmeros benefícios para seu desenvolvimento de modo geral, por isso reafirmamos a necessidade e a relevância de manter essa atividade presente e frequente na sala de aula, principalmente no contexto da educação infantil.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Ana Lúcia Sanches. A Contação de Histórias no Desenvolvimento da Educação Infantil. 2016. 10 f. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes. Acesso em 25 de julho 2021.

FARIA, Inglide Graciele de; FLAVIANO, Sebastiana de Lourdes Lopes; GUIMARÃES, Maria Severina Batista; FALEIRO, Wender. A influência da contação de histórias na Educação Infantil. 2017. 19 f. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view. Acesso em 10 de julho de 2021.

COELHO, Betty. Contar histórias: uma arte sem idade. 10ª edição. São Paulo: Ática, 1999. 78 p.

FARINA, Tatiane de Fatima. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA. 2016. 11 f. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php. Acesso em 06 de agosto de 2021.

MEDEIROS, Fabio Henrique Nunes; MORAES, Taiza Maria Rauen. Contação de Histórias: Tradição, Poéticas e Interfaces. São Paulo: Edições Sesc SP, 2016. 868 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em 12 de agosto de 2021.

MULLER, Michele. Crianças gostam e precisam de repetição para aprender. 2017. Disponível em: https://michelemuller.com.br/criancas-precisam-de-repeticao/. Acesso em 19 de agosto de 2021.

A FORMAÇÃO DOCENTE UNIVERSITÁRIA E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

MARIA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema Formação Docente Universitária e os principais aspectos do Ensino Superior no Brasil. Tem como objetivos apresentar alguns conceitos sobre a formação do educador atual e as questões éticas que permeiam todas as relações na escola. O que se espera dos docentes universitários é um conhecimento aprofundado de sua área de atuação e seria de grande importância um aprofundamento nos conhecimentos pedagógicos. A formação docente adequada é aquela que concilia a docência com a pesquisa especializada e a pesquisa sobre a ação docente, temos então

que a Universidade é um espaço para a busca e a construção do conhecimento científico, exigindo a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, buscando a produção e a socialização do conhecimento. Temos que a falta de prática nos currículos de formação dos professores é fator determinante para a prática docente eficaz, as metodologias de ensino que não preveem a prática em suas ações não conseguem dar conta da formação de um profissional docente no sentido amplo da palavra.

Palavras-chave: Formação Docente; Ensino Superior; Legislação; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A principal preocupação com a formação de professores se dá em relação aos conteúdos oferecidos nos cursos iniciais de formação, quais são as características deste ensino e as suas concepções. Temos que a falta de prática nos currículos de formação dos professores é fator determinante para a prática docente eficaz, as metodologias de ensino que não preveem a prática em suas ações não conseguem dar conta da formação de um profissional docente no sentido amplo da palavra.

O Ministério de Educação e Saúde foi criado em 1930 por Getúlio Vargas e em 1931 foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras. Conforme este estatuto as universidades poderiam ser pública ou particular e deveria incluir ao mínimo três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. No Brasil, os primeiros cursos superiores tiveram início em 1812 e

se limitavam ao Direito, Medicina, Politécnica e Agricultura, em 1837, foi criado o Colégio Pedro II, na Corte, que servia como modelo para os demais e os professores, nesta época, ainda não tinham uma instrução específica e nem havia fiscalização.

Com o apoio de professores estrangeiros e pesquisadores foi criada a Universidade de São Paulo, em 1934, reunindo faculdades tradicionais e faculdades independentes, originando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, (USP), que tornou-se um dos grandes centros de pesquisa do país. Durante a Nova República, cada estado brasileiro passou a contar com uma universidade pública federal em suas capitais. Neste período também surgiram universidades religiosas, católicas e presbiteriana, com este processo surge a UNE, União Nacional dos Estudantes, como forma de organização dos alunos universitários.

Com a Lei n° 4.024/61, a primeira LDB, o modelo de instituições de ensino superior no Brasil é reforçado, mantendo a preocupação com o ensino em detrimento da pesquisa. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e a Lei nº 9.135/95, Conselho Nacional de Educação, definem a estrutura e o funcionamento do ensino superior, além de outros Decretos, Portarias e Resoluções.

O sistema de pós-graduação brasileiro está dividido em lato sensu e stricto sensu. O trabalho do docente, bem como os saberes que eles trazem de suas vivências contribuem para a construção de práticas no coletivo escolar, para exercer sua função nas instituições escolares, o professor precisa estabelecer uma relação harmoniosa com os membros que fazem parte do contexto escolar, nessas relações sadias é que as práticas vão se consolidando numa perspectiva democrática de educação.

PRINCIPAIS ASPECTOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As primeiras faculdades do Brasil foram a de Medicina, de Direito e Politécnica e estavam situadas em grandes cidades e tinham como base de orientação um propósito voltado à elite. Baseavam-se nos modelos franceses que eram voltados muito mais ao ensino do que a pesquisa. O cargos eram vitalícios e o responsável pelo campo de saber, tinha o poder de escolher seus assistentes e mantinha essa posição ao longo da vida.

Os primeiros cursos superiores no país tiveram início em 1812 e se limitavam ao Direito, Medicina, Politécnica e Agricultura, as aulas eram avulsas ou particulares, e com o tempo foram agrupadas nos liceus provinciais. Em 1837, foi criado o Colégio Pedro II, na Corte, que servia como modelo para os demais. Os professores, nesta época, ainda não tinham uma instrução específica e nem havia fiscalização.

A primeira universidade no país foi criada em 1920 no Rio de Janeiro, resultante do Decreto n° 14.343, desta universidade faziam parte faculdades profissionais que eram voltadas ao ensino em detrimento da pesquisa e mantinham a sua autonomia. Em 1931, o Decreto N° 19.852/31 de Getúlio Vargas, estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, elevando a formação dos professores secundários ao nível superior. Foi, então, criada, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com a finalidade de se ampliarem os conhecimentos das ciências "puras".

A Faculdade de Ciências e Letras não foi instalada, no entanto, instalaram-se modelos de organizações responsáveis pela formação docente, em 1934, pela Universidade de São Paulo e depois em 1935 pela Universidade do Distrito Federal. O Ministério de Educação e Saúde foi criado em 1930 e em 1931 foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, definindo que as universidades poderiam ser públicas (federal, estadual

ou municipal) ou particular e deveria incluir ao mínimo três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.

Com o Decreto n° 8.681, de 15/03/1946, surge a primeira universidade católica do país, tendo o título de Pontifica, introduzindo nos currículos escolares a frequência a cultura religiosa. No mesmo período o estado de São Paulo construía um projeto de criação de uma universidade com alto padrão acadêmico. Fernando de Azevedo com o apoio do governo estadual, liderou a criação de uma universidade pública estadual na cidade.

A LDBEN não concebe à docência universitária como um processo de formação, mas sim como de preparação para o exercício do magistério superior, que deverá ser realizada prioritariamente (não exclusivamente) nos cursos de pós-graduação stricto sensu. Nestes, ou mesmo nos cursos de pós-

graduação lato sensu, em geral, essa preparação vem ocorrendo por meio de uma disciplina de 45 a 60 horas, com diferentes características. Apesar de restritas, conferem alguma possibilidade de crescimento pedagógico aos docentes do ensino superior. No entanto, é importante que se considere a exiguidade desse tempo para profissionalizar qualquer profissional, incluindo, portanto, a profissionalização para a docência na Universidade. (PIMENTA, 2003, p. 273).

Com o apoio de professores estrangeiros e pesquisadores foi criada a Universidade de São Paulo, em 1934, reunindo faculdades tradicionais e faculdades independentes, originando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, (USP), que se tornou um dos grandes centros de pesquisa do país, conforme idealizado pelos seus fundadores.

Com a primeira LDB Lei n° 4.024/61 o modelo de instituições de ensino superior no Brasil é reforçado, mantendo a preocupação com o ensino em detrimento da pesquisa. O órgão responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e supervisão da Política do Ensino Superior é a (Sesu) Secretaria de Educação Superior, que é responsável pela manutenção, desenvolvimento e supervisão das instituições privadas de educação superior.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e a Lei nº 9.135/95, Conselho Nacional de Educação, definem a estrutura e o funcionamento do ensino superior, além de outros Decretos, Portarias e Resoluções. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) traz em seu texto:

Art. 43: A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento [...] III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica [...] IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade [...] (LDBEN 9394, 1996, p.15).

Com a exigência de qualificação dos professores e com a expansão das Instituições de ensino superior privadas é necessário um critério de avaliação para os cursos e faculdades e os programas de stricto sensu acabam se tornando necessário para os profissionais desta área, como uma forma de qualificação e competição.

O sistema de pós-graduação brasileiro está dividido em lato sensu e stricto sensu e tem por objetivo atender aos professores, estudantes e outros profissionais após terem concluído o curso superior, visando a complementação da formação acadêmica com atividades de docência e de pesquisa. Os cursos de pós-graduação lato sensu mantém um formato semelhante aos da graduação, com aulas, seminários e conferências, ao lado de trabalhos de pesquisa sobre os temas relativos ao curso. Para o ingresso nestes cursos é necessário uma avaliação ou entrevista, na maioria das faculdades, além de o candidato possuir um diploma em nível superior.

Os cursos de Stricto Sensu visam a continuidade de estudos e formação científica e acadêmica, mestrado e doutorado, de alunos com nível superior. O mestrado tem duração aproximada de 24 meses e o doutorado dura cerca de 48 meses, o aluno deve cumprir um número mínimo de disciplinas, estipulado em cada programa, além da elaboração de uma tese.

FORMAÇÃO DOCENTE UNIVERSITÁRIA EM SEUS DIFERENTES CONTEXTOS

Gatti (2003) enfatiza que para que a profissão e a formação docente sejam satisfatórias seria necessário que os mestrados, ao invés de aprofundar-se somente na especialização e nos conhecimentos das áreas, tivessem uma formação didática, para assim, poder articular à docência com a pesquisa, levando a indissociabilidade de ensino e pesquisa. A educação levada pela epistemologia genética de Piaget, o conhecimento não poderia ser concebido como algo predeterminado nas estruturas internas do indivíduo, estas resultam de uma construção efetiva contínua.

Pimenta (2010) enfatiza que se espera que o professor mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades de professores.

O saber escolar é entendido como o conjunto dos conhecimentos selecionados entre os bens culturais disponíveis, enquanto patrimônio coletivo da sociedade, em função de seus efeitos formativos e instrumental. Longe de ser caracterizado como conjunto de informações a ser depositado na cabeça do aluno, o saber escolar constitui-se em elemento de elevação cultural, base para a inserção crítica do aluno na prática social de vida. (LIBÂNEO, 1990, p.12).

A legislação exige uma formação inicial para atuar na educação infantil, a formação parece resultar mais dos esforços pessoais destes profissionais, em ações individualizadas e pouca da participação no processo de construção do planejamento de sua própria formação, advinda dos cursos de formação em nível superior.

Sobre a formação docente na educação infantil podemos destacar:

[...] essa busca nem sempre é possível, em função das próprias condições de trabalho a que o professor é submetido. [...] falta de tempo destinado à formação em serviço, pois não é permitido dispensar os alunos para que os professores possam se reunir; falta de clareza dos próprios responsáveis pela formação acerca dos rumos que ela deve tomar; ausência de políticas públicas de formação do profissional de educação infantil; modelos de formação próprios do ensino fundamental, que desconsideram as especificidades da educação infantil. (MICARELLO, 2005, p. 150).

Atualmente o ensino fundamental preocupa-se com o desenvolvimento intelectual da criança. Isto envolve milhares de fatores e um deles é a afetividade, pode ajudar na aprendizagem do aluno ou isso faz com que a criança acabe misturando as coisas e tenha o professor como um amigo, levando os seus problemas pessoais para sala de aula o que atrapalha sua aprendizagem.

Veiga (2006) enfatiza que a docência do ensino superior demanda uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de produzir e socializar conhecimentos, o professor universitário tem um caráter de pesquisador. Neste sentido, é necessária a articulação dos projetos de pesquisa e os componentes curriculares que considerem a realidade social, definindo diferentes metodologias. O caráter pesquisador do professor universitário deve ir além e buscar conhecimentos que permitam uma melhoria para a sociedade.

Muitas são as contribuições de autores e pesquisadores que têm investigado a problemática da formação docente, pois é preciso hoje repensar a formação inicial e contínua dos professores, desse modo uma análise das ações pedagógicas do docente é essencial para o favorecimento da aprendizagem. Sobre a formação inicial do professor, Pimenta (2010) afirma que é necessário, na graduação, que:

Para além da finalidade de conferir uma habilitação legal ao exercício profissional da docência, do curso de formação inicial se espera que forme o professor. Ou que colabore para sua formação. Melhor seria dizer que colabore para o exercício de sua atividade, uma vez que o professor não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnicas mecânicas (PIMENTA, 2010, p. 18).

A prática docente vem mudando ao longo do tempo com as mudanças nos conceitos sociais. Houve tempo em que ele possuía um papel definido, possuía o conhecimento, no qual a intenção era suprimida pelo poder autoritário que o mesmo exercia. Atualmente se consegue observar uma maior aproximação entre professor e aluno.

De acordo com Veiga (2006) o campo da docência universitária está se expandindo e neste sentido à docência torna-se uma profissão e como tal pode ser definida como uma construção social que permeia ações coletivas, os docentes em nível superior tornam-se os atores neste contexto. O campo universitário da docência vem sendo ampliado e à docência é uma profissão, advinda de uma construção da sociedade em que os atores desta profissão são os docentes. Ainda conforme a autora:

A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição dos conhecimentos e das habilidades vinculadas à atividade docente para melhorar sua qualidade. (VEIGA, 2006, p.2)

Veiga (2006) afirma que a docência em nível universitário exige a indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino, buscando a produção e a socialização do conhecimento. A indissociabilidade prevê a articulação do currículo, dos projetos, sejam eles de intervenção ou pesquisa, considerando a realidade social. A pesquisa da docência necessita interrogar e investigar aquilo que está além do campo de visão buscando um conhecimento não apenas para divulgação mas para melhoria da sociedade.

Cunha (2004) enfatiza que se espera dos docentes universitários é um conhecimento aprofundado de sua área de atuação, com base nas ciências e com profissionalismo, vinculando o saber com a prática docente. Seria de grande importância conforme o autor, um aprofundamento nos conhecimentos pedagógicos e uma preocupação neste sentido, mesmo em se tratando de alunos de nível superior, fato este que não se encontra como uma preocupação na história do ensino superior.

Segundo Gatti (2003) na educação su-

perior, a formação docente seria ideal conciliando à docência, a pesquisa especializada e a pesquisa sobre a ação docente, mantendo as características de tais tipos de pesquisa. Neste sentido temos que a Universidade é um espaço para a busca e a construção do conhecimento científico.

> [...] a atividade de investigação à atividade de ensinar do professor, o que supõe trabalho em equipe; g) criar e recriar situações de aprendizagem; h) valorizar a avaliação diagnóstica e compreensiva da atividade mais do que a avaliação como controle; i) conhecer o universo de conhecimentos e cultural dos alunos e desenvolver processos de ensino e aprendizagem interativos e participativos, a partir destes. (PIMENTA, 2003, p. 270)

Pimenta (2003) destaca três aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento profissional do educador em nível superior, são eles: as questões relacionadas a sociedade, como seus valores e as formas de organização; o avanço da ciência no decorrer dos anos e a consolidação de uma ciência da educação, que possibilite o acesso aos saberes fundamentais no campo da Pedagogia.

Para Cunha (2004) a carreira universitária traz uma ideia de que o professor precisa ser um pesquisador, se baseando na dimensão cientifica, pesquisas em níveis de mestrado e doutorado, há uma ideia de que para ser professor universitário, é preciso dominar o conhecimento e as suas especialidades de maneira acadêmica de produção científica.

Para Pimenta (2003) é preciso que o professor do ensino superior aprenda a pensar e refletir coletivamente, expondo as suas ideias, abandonando o hábito de executar processos de planejamento, execução e avaliação de suas atividades de forma individual, tanto as relacionadas a pesquisa quanto aquelas relacionadas ao ensino. Essa mudança de concepção e prática docente deve ocorrer de maneira processual com a construção de vínculos e com análise das situações vivenciadas, partindo assim para o envolvimento com o grupo de trabalho.

A partir da tomada de consciência pelo professor de seu papel de investigador da sua própria prática e da compreensão do ensino não apenas no âmbito escolar e sim como realidade social é possível uma ressignificação nos saberes docentes que contribuem tanto para o processo de aprendizagem dos alunos, quanto para a sua formação contínua, pois o objetivo que se coloca hoje à atividade docente é mobilizar os saberes da própria experiência para contribuir com a própria formação e a formação dos alunos como sujeitos autônomos.

CONCLUSÃO

Na década de 1990 começam as mobilizações para o ensino a distância nas instituições de educação superior, utilizando as tecnologias disponíveis de informação, comunicação e de tecnologia. A educação a distância deve prever momentos de aulas presenciais seguindo o determinado na legislação em vigor. Os programas de governo foram responsáveis por impulsionar a educação a distância e permitir o seu acesso aos alunos no nível de ensino superior.

Com a promulgação da Lei n° 4.024/61, a primeira LDB, o modelo de instituições de ensino superior no Brasil é reforçado, mantendo a preocupação com o ensino em detrimento da pesquisa. De acordo com a legislação vigente o órgão responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e supervisão da Política do Ensino Superior é a (Sesu) Secretaria de Educação Superior, além da responsabilidade de manutenção, supervisão e desenvolvimento das (Ifes) Instituições Públicas Federais de Ensino Superior e da supervisão das instituições privadas de educação superior.

O sistema de pós-graduação brasileiro está dividido em lato sensu e stricto sensu, atendendo aos alunos que concluíram algum tipo de curso superior, e que desejam complementar seus conhecimentos ou formação acadêmica, para atividades de pesquisa e docência. No campo educacional, com a expansão das Instituições de ensino superior privadas, e com a exigência da qualificação do corpo docente na pós-graduação como critério na Avaliação Institucional e como referencial de qualidade da educação, os programas stricto sensu vêm se tornando uma necessidade competitiva para os profissionais que atuam na área.

A década de 1980 caracterizou-se por eventos locais e nacionais envolvendo a formação do professor, onde consolidavam-se as instituições democráticas; fortaleciam-se os direitos à cidadania, e elevava-se à educação a responsável pela superação das desigualdades nacionais. Nos anos 1990 ocorreram profundas modificações no sistema educacional brasileiro, a LDBEN 9394/96 enfatiza as dimensões sociais e políticas da atividade educativa, avaliação e a gestão.

A formação docente ideal seria aquela que conciliasse à docência com a pesquisa especializada e a pesquisa sobre a ação docente, a Universidade é um espaço para a busca e a construção do conhecimento científico. De acordo com os autores pesquisados, à docência universitária exige a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, buscando a produção e a socialização do conhecimento.

O que se espera dos docentes universitários é um conhecimento aprofundado de sua área de atuação, com base nas ciências, vinculando o saber com a prática docente,

neste sentido seria de grande importância, um aprofundamento nos conhecimentos pedagógicos e uma preocupação neste sentido, mesmo em se tratando de alunos de nível superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/96. Brasília: Secretaria da Educação, 1996.

CUNHA, Maria Isabel da. Diferentes olhares sobre as práticas pedagógicas no ensino superior: a docência e sua formação. Educação Porto Alegre – RS. Ano XXVII, n. 3. 2004.

GATTI, Bernardete A. Formação do professor pesquisador para o ensino superior: desafios. Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520 16 (2003).

LIBÂNEO, José Carlos. Fundamentos teóricos e práticos do trabalho docente: estudo introdutório sobre pedagogia e didática. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1990.

MICARELLO, H. Formação de profissionais da educação infantil: "sair da teoria e entrar na prática"? In: KRAMER, Sonia (org.). Profissionais da Educação Infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido, Léa das Graças Camargos Anastasiou, and Valdo José Cavallet. Docência no ensino superior: construindo caminhos. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP (2003).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência universitária na educação superior. Docência na Educação Superior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (2006).